

#### 4 – Carta de Imbé

Imbé, 5 e 6 de fevereiro de 2001

### **AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS COREDES NO ANO 2000 E ESTRATÉGIA DE AÇÃO PARA O ANO 2001**

Nos dias 5 e 6 de Fevereiro de 2001, reuniram-se em Imbé os Presidentes dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, com o objetivo de analisar a atuação dos COREDES, das Coordenações Macrorregionais e do Fórum dos COREDES no ano 2000, bem como para traçar a estratégia de ação para o ano 2001.

O ano 2000 marcou avanços expressivos na atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, em que pese haverem ocorrido também dificuldades em algumas das atividades tradicionalmente desenvolvidas pelos COREDES.

Um primeiro ponto positivo a destacar foi constituído pela **presença mais efetiva, em várias regiões, dos Conselhos Regionais nos trabalhos do Orçamento Participativo Estadual, na construção de diretrizes, na definição de temas prioritários para o desenvolvimento e na organização e realização dos eventos.** Nas regiões em que se verificou, essa presença mais efetiva dos Conselhos Regionais contribuiu para ampliar a participação da comunidade nos trabalhos do Orçamento Participativo e assegurou a sua pluralidade.

Também deve ser arrolada, como ponto de destaque, a decisão do Governo do Estado de promover a **compatibilização das múltiplas divisões administrativas adotadas pelos órgãos da administração estadual com a regionalização dos COREDES.** Trata-se de antiga reivindicação dos Conselhos Regionais, cuja implementação permitirá a consolidação de identidades regionais e em muito contribuirá para uma melhor coordenação dos esforços dos atores públicos e privados, bem como dos diversos segmentos da comunidade, no sentido de promover o desenvolvimento regional.

De especial importância foram, também, a cooperação com o Ministério da Integração Nacional na realização de uma audiência pública, em Porto Alegre, para a discussão de propostas de novas diretrizes para as Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional a serem desenvolvidas pelo Governo Federal, bem como a parceria com esse Ministério para a implantação do Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, que abrange a área de atuação de oito Conselhos Regionais de Desenvolvimento, bem como partes dos territórios dos Estados de Santa Catarina e do Paraná.

Outro momento significativo do ano que passou foi constituído pela cooperação com a Comissão Especial da Bacia do Uruguai, instituída pela Assembléia Legislativa, cujos trabalhos desenvolveram-se em estreita parceria com os Conselhos Regionais incluídos na Macrorregião Norte. A atuação dessa Comissão Especial, que tomou como ponto de partida o trabalho que vinha sendo realizado pelos Conselhos Regionais desde a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai, em 1997, focalizou temas fundamentais para o desenvolvimento dessa Macrorregião e apoiou sua inserção na Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, objeto de ações desenvolvidas pela administração federal, através do Ministério da Integração Nacional.

Como principal fato negativo, deve ser destacada a permanência de vários dos problemas apontados na avaliação realizada sobre o ano de 1999. Muitos desses problemas têm como origem a dificuldade de alguns atores em entender o papel dos Conselhos e os princípios que regem sua atuação, bem como em relacionarem-se com os COREDES - e dentro dos próprios COREDES - deixando de lado interesses imediatos, muitas vezes ligados a disputas político-partidárias cujo significado momentâneo não pode prevalecer sobre os interesses mais amplos e duradouros da comunidade das regiões e da sociedade em geral.

#### **4.1. Relações com o Executivo Estadual**

##### ***4.1.1. Situação Atual***

###### **4.1.1.1. Destaques Positivos**

- Adoção da divisão regional dos COREDES como base para a regionalização administrativa do Estado;
- Maior aproximação de alguns setores da administração estadual com os COREDES.

###### **4.1.1.2. Problemas Detectados**

- Atuação excessiva de militantes, inibindo uma participação mais plural e espontânea da população, em algumas reuniões do Orçamento Participativo Estadual e em outros eventos promovidos pelo Governo do Estado, conflitando com os princípios que fundamentam a atuação dos COREDES;
- Problemas apresentados pela metodologia utilizada no Orçamento Participativo, que dificultam a incorporação de ações estruturantes, de caráter estratégico para o desenvolvimento regional, especialmente na área da infraestrutura;
- Falta de definição prévia do montante dos recursos a serem alocados para as regiões através do Orçamento Participativo;

- Apropriação, por alguns segmentos, de iniciativas oriundas dos COREDES, sem referência à fonte original, bem como implementação de ações relacionadas com essas iniciativas de forma isolada, sem parceria com os Conselhos Regionais;

- Lentidão na execução dos investimentos de interesse regional previstos no orçamento de 1999, bem como do plano de investimentos do orçamento do ano 2000;

- Alteração de projetos oriundos da Consulta Popular de 1998, sem consulta ao COREDE interessado, em alguns casos;

- Continuidade do distanciamento entre alguns setores do governo e os COREDES, refletindo dificuldade em aceitar os Conselhos Regionais como instituições representativas das regiões;

- Permanência da irregularidade nos repasses de recursos para custeio das atividades dos COREDES;

- Falta de discussão mais adequada, com a comunidade, de ações relacionadas com a implementação da regionalização administrativa do estado, em especial no que se refere às decisões quanto às sedes das representações regionais de órgãos públicos estaduais.

#### **4.1.2. Ações a Adotar**

- Defender que seja promovida a **participação plural, universal e direta** nos eventos e ações desenvolvidos pela Administração Estadual;

- Afirmar os COREDES como **instância de planejamento regional**, legitimando suas diretrizes junto a população;

- Ampliar e **divulgar de forma mais ampla os planos e propostas** dos COREDES, construindo parcerias efetivas com os vários setores do poder executivo;

- Defender a execução integral dos investimentos de interesse regional previstos nos orçamentos de 1999 e 2000;

- Defender o cumprimento do protocolo de cooperação governo/COREDES;

- Atuar junto à Secretária Geral de Governo para que ocorra o estreitamento das relações entre os órgãos de governo e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento;

- Insistir para que ocorra liberação regular mensal dos duodécimos referentes ao custeio das atividades dos COREDES;

- Defender o aperfeiçoamento da **metodologia do Orçamento Participativo**, propondo a definição dos montantes de recursos a serem alocados em cada região antes que seja iniciado o processo de discussão e deliberação pela comunidade, em uma sistemática que favoreça a redução dos desequilíbrios regionais, bem como a ampliação de três para cinco das ações consideradas prioritárias por região.

## **4.2. Relações com o Legislativo Estadual**

### **4.2.1. Situação Atual**

#### **4.2.1.1. Destaques Positivos**

- Cooperação da Comissão de Finanças e Desenvolvimento e da Comissão Especial da Bacia do Uruguai com os Conselhos Regionais;

- Criação de um espaço de apoio aos Conselhos Regionais na Assembléia Legislativa;

#### **4.2.1.2. Problemas Detectados**

- Atuação excessiva de militantes, inibindo uma participação mais plural e espontânea da população, em alguns dos eventos promovidos pelo Fórum Democrático, conflitando com os princípios que fundamentam a atuação dos COREDES;

- Interferência das disputas político-partidárias no planejamento e na organização dos eventos do Fórum Democrático;

- Lentidão da Assembléia Legislativa em dar andamento às atividades do Fórum Democrático durante o ano 2000;

- Estreitamento da pauta do Fórum Democrático, concentrada em temas de natureza orçamentária, fazendo com que deixassem de ser abordados outros temas relevantes para o desenvolvimento regional;

- Falta de integração mais efetiva entre o Fórum Democrático e as Comissões Permanentes e Especiais da Assembléia Legislativa;

- Inobservância de disposições do Termo de Cooperação Recíproca existente entre os COREDES e a Assembléia, inclusive quanto à garantia de recursos materiais, financeiros e técnicos suficientes para a realização de atividades do Fórum Democrático.

#### **4.2.2. Ações a Adotar**

- Reafirmar os princípios incluídos no Termo de Cooperação como base para a condução dos eventos e atividades promovidos através do Fórum Democrático;
- Defender o fortalecimento do Fórum Democrático, com a adoção de uma pauta mais abrangente e interagindo de forma efetiva com as Comissões Permanentes e Especiais, bem como com a agilização de suas atividades;
- Defender a criação de uma **Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional**, ou a transformação da Comissão de Assuntos Municipais em Comissão de Desenvolvimento Regional e Assuntos Municipais;
- Aperfeiçoar a estrutura diretiva do Fórum Democrático, inclusive incorporando representantes de todas as bancadas nas instâncias organizativas, evitando conflitos e entraves operacionais que desgastam a relação entre os parceiros;
- Melhorar as condições de apoio material, técnico e financeiro, inclusive promovendo a realização de estudos e pesquisas que subsidiem os trabalhos desenvolvidos no contexto do Fórum Democrático.

#### **4.3. Relações com a Área Federal**

##### **4.3.1. Situação Atual**

##### **4.3.1.1. Destaques Positivos**

- Início de um processo de cooperação com alguns Ministérios, particularmente com o de Integração Nacional, visando a implementação de ações do Programa das Mesorregiões, bem como de outras ações estruturantes, da alçada do governo federal, essenciais para o desenvolvimento regional;
- Ampliação da relação entre Bancada Federal Gaúcha com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, em suas diferentes instâncias;
- Inclusão de recursos para o Programa das Mesorregiões no Plano Plurianual.

##### **4.3.1.2. Problemas Detectados**

- Dificuldade em alocar os recursos provenientes das emendas de bancada nos programas de desenvolvimento regional e/ou macrorregional;
- Desarticulação das ações desenvolvidas pelas diferentes esferas de governo;
- Contingenciamento dos recursos previstos para programas relevantes para o desenvolvimento regional.

#### **4.3.2. Ações a Adotar**

- Ampliar as relações com os órgãos federais, visando desenvolver programas de interesse das regiões;
- Desenvolver um processo de **planejamento estratégico nas regiões** que contribua para reivindicar uma melhor articulação das ações desenvolvidas pelos diferentes níveis de governo;
- Promover o fortalecimento de uma **cultura cívica** que priorize ações voltadas para o interesse público, superando o clientelismo;
- Defender que seja assegurada a utilização integral dos recursos previstos para implementação de ações programadas para as regiões.

#### **4.4. Relações com Outros Parceiros Institucionais**

##### **4.4.1. Situação Atual**

###### **4.4.1.1. Destaques Positivos**

- Atuação das Universidades na promoção do desenvolvimento regional, dentro de uma perspectiva da preservação da pluralidade e da autonomia da organização da sociedade civil das regiões, contribuindo com pessoal qualificado e apoio logístico para as ações desenvolvidas pelos COREDES;
- **Ampliação da parceria** com as Prefeituras e Associações de Municípios, na construção de propostas e no encaminhamento e implementação de ações de interesse regional;
- Aumento da participação das áreas setoriais da FAMURS na construção de propostas das Comissões Setoriais dos COREDES;
- **Fortalecimento da parceria** com a UVERGS e com suas representações na base regional;
- **Ampliação das parcerias** com a OCERGS, com o SEBRAE, e com outras organizações de expressiva atuação nas regiões.

###### **4.4.1.2. Problemas Detectados**

- Atuação incipiente e assistemática, às vezes com um viés não-cooperativo, por parte de algumas organizações que se envolvem em ações relacionadas com o desenvolvimento regional;
- Dificuldade de algumas organizações em superar os interesses **coorporativos** dos segmentos a que estão associadas;

- Ausência de visão estratégica por parte dos dirigentes de algumas entidades.

#### **4.4.2. Ações a Adotar**

- **Fortalecer as parcerias** já existentes e buscar novos parceiros estratégicos para o processo de desenvolvimento regional;

- Fomentar uma **articulação mais eficiente e eficaz junto aos parceiros**;

- Assegurar, nas parcerias, a **pluralidade e a diversidade indispensáveis ao processo de construção democrática**;

- Estimular o debate e a **integração entre os diferentes atores**, visando a **construção de consensos regionais**;

- Buscar a **integração entre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e os Comitês de Bacias Hidrográficas**.

### **4.5. Aspectos Organizacionais**

#### **4.5.1. Problemas Detectados**

- Crescente **partidarização das disputas** no processo de renovação das diretorias, que já se manifesta na condução de alguns COREDES;

- Tentativas de **instrumentalização e partidarização** dos Conselhos;

- Desníveis de infra-estrutura, de agentes e de recursos entre os Conselhos;

- Falta de comunicação dos representantes de alguns segmentos com as suas bases, que reduz a legitimidade de sua atuação;

- Limitação de recursos financeiros;

- Ocorrência de **práticas descomprometidas** e, por vezes, incompatíveis com os princípios e deliberações dos Conselhos e do Fórum;

- Ausência de compreensão clara do papel que cabe aos COREDES no processo político;

- Inexistência de **planejamento estratégico** em alguns Conselhos;

- **Identidade regional** não consolidada em algumas regiões;

- Persistência de uma **cultura individualista, bairrista e imediatista**;

- Reduzida participação de segmentos comunitários, em especial dos menos organizados, nos COREDES;

- Falta de unidade no cumprimento das deliberações do Fórum dos COREDES;
- Incapacidade apresentada por grande parte dos COREDES em promover o crescimento quantitativo e qualitativo da participação social e cidadã;
- **Divulgação precária das ações dos Conselhos;**
- Baixa participação dos COREDES nas reuniões do Conselho do Orçamento Participativo.

#### **4.5.2. Ações a Adotar**

- Fortalecer o trabalho do Fórum dos COREDES e das Coordenações Macrorregionais, visando assegurar a coerência de sua atuação com as diretrizes definidas na Declaração de Princípios e assegurar o intercâmbio entre os Conselhos;
- Dinamizar o trabalho das **Comissões Setoriais dos Conselhos;**
- Conscientizar a comunidade sobre a importância da adesão aos princípios que norteiam o trabalho dos COREDES;
- Promover, através da atuação do Fórum dos COREDES, um esforço no sentido de viabilizar o estabelecimento de soluções de consenso nos processos sucessórios dos Conselhos, inclusive sugerindo reformulações estatutárias que viabilizem essas soluções;
- Sensibilizar a comunidade das regiões e as diferentes instâncias de governo sobre a necessidade de contribuir de forma mais efetiva para disponibilizar os meios necessários a uma melhor atuação dos Conselhos;
- Adotar um calendário que facilite a participação efetiva de todos os COREDES nas reuniões do Fórum;
- Adotar uma estratégia de atuação por parte do Fórum dos COREDES que promova uma atuação coerente com os Princípios, por parte de todos os Conselhos, bem como sua adesão às deliberações construídas no contexto do Fórum;
- Promover o engajamento ativo – e não apenas a adesão passiva – de todos os Conselhos em ações de planejamento estratégico;
- Atuar no sentido de promover uma maior participação dos segmentos comunitários, em especial dos menos organizados, nos COREDES, especialmente com a organização das comunidades locais, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento;
- Aproveitar a oportunidade favorável para ampliar e qualificar a participação social e cidadã;

- Criar mecanismos que possibilitem uma melhor divulgação das ações dos Conselhos, especialmente em âmbito estadual.

#### **4.6. Diretrizes Gerais de Atuação para o Ano de 2001**

Uma das conclusões principais do encontro de Imbé consistiu no reconhecimento da necessidade de redirecionar, em vários aspectos, os esforços desenvolvidos pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Um primeiro ponto desse redirecionamento deve ser constituído pelo reforço das atividades relacionadas com a elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, de maneira que cada COREDE reafirme seu papel essencial como formulador de uma visão estratégia capaz de proporcionar as diretrizes básicas para a promoção do desenvolvimento da região em que atua.

Outro ponto a ser enfatizado no ano que se inicia é o reforço do trabalho de organização junto às bases, dinamizando o trabalho das Comissões Setoriais e persistindo no esforço de implantação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento, enraizando cada vez mais o trabalho dos COREDES junto às comunidades das regiões.

Deverá ser redobrado o esforço no sentido de alcançar uma maior aproximação com as diferentes áreas da administração estadual, atividade em que os Conselhos esperam contar com o apoio da Secretaria da Coordenação e Planejamento, através do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano.

Deverá, também ser ampliado e aprofundado o trabalho de estabelecimento de parcerias com entidades atuantes nos âmbitos estadual e nacional, cuja atuação seja relevante para a promoção do desenvolvimento regional no estado.

Os esforços dos COREDES deverão continuar a ser orientados pelos princípios que constam da Declaração de Princípios de Novembro de 1997. Só a observância atenta desses princípios será capaz de permitir que os Conselhos Regionais possam continuar a trabalhar, de forma produtiva e conseqüente, em favor do desenvolvimento regional, sem que sua atuação seja negativamente afetada pela radicalização de posições que atualmente ocorre entre os atores políticos.